

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/244587368>

Interação Pesquisador–Sujeito: a perspectiva da ação social na construção de conhecimento

Article in *Ciência e cultura* · January 1989

CITATIONS

9

READS

109

1 author:



Livia Mathias Simão

University of São Paulo

62 PUBLICATIONS 282 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



Semiotic processes [View project](#)

Interação pesquisador-sujeito: a perspectiva de ação social na construção do conhecimento

Lívia Mathias Simão
Instituto de Psicologia, USP

Abstract. *Researcher-subject interaction: The point of view of social action in the knowledge construction.* The social character of interview situations with the dyad researcher-subject gives rise to the problem of identifying how the actions of each member contribute to the knowledge of the theme and the nature of this knowledge. This paper follows this view. It examines some dimensions of researcher-subject interactions as a process that produces knowledge about the phenomenon which is the theme of the subject's reports, taking place during sessions planned by the researcher.

Resumo. O caráter social de situações de entrevista envolvendo a díade pesquisador-sujeito suscita o interesse de se identificar como as ações de cada um dos membros contribui para que ambos conheçam um tema e qual a natureza do conhecimento assim construído. É nessa perspectiva que se coloca o presente ensaio, onde são examinadas algumas dimensões de interações pesquisador-sujeito enquanto um processo que produz conhecimento sobre um fenômeno que é tema dos relatos do sujeito, durante sessões planejadas pelo pesquisador.

É comum, tanto em psicologia como em outras áreas do conhecimento, que pesquisadores colem os chamados dados brutos sobre um tema através de entrevistas, quer sejam implementadas uma só vez com vários sujeitos, quer se desenvolvam em uma série de sessões com o mesmo sujeito. Em ambos os casos, trata-se de situações planejadas pelo pesquisador, envolvendo interações verbais com os sujeitos.

O caráter social dessa situação de coleta de informações vem despertando interesse como objeto de estudo, especialmente com vistas à compreensão da natureza dos dados obtidos e ao aprimoramento de técnicas de entrevista. Nessa perspectiva, Gilbert¹ enfatizou a necessidade de examinarmos as características do processo que ocorre em tais situações, levando em conta os atos sociais envolvidos na interação da díade entrevistador-entrevistado. Isto porque, segundo ele, devido ao engajamento do pesquisador

no processo, não podemos ver os dados coletados como se eles existissem independentemente do próprio pesquisador. Os resultados desse exame, por sua vez, deveriam ser considerados no planejamento de pesquisas e na interpretação dos dados obtidos.

Analogamente, Brenner² focalizou situações de coleta de dados enquanto situações-problema do ponto de vista da psicologia da ação, buscando subsídios para refinar técnicas de entrevista e desenvolver procedimentos mais eficientes para treinar entrevistadores.

Entretanto, o caráter social de situações de entrevista para coleta de informações sobre um tema de pesquisa suscita ainda outra perspectiva de estudo, sobre a qual tecerei algumas considerações neste ensaio. Dado que em tais situações são coletadas informações sobre um tema através de interações verbais pesquisador-sujeito, torna-se interessante indagarmos *como as ações*

de cada um dos membros da díade contribui para que ambos conheçam um tema e qual a natureza do conhecimento assim construído. As respostas a essa indagação poderão nos oferecer indicações de como ocorre construção de conhecimento em situações sociais planejadas.

O termo *construção* de conhecimento está sendo utilizado aqui para designar o resultante do diálogo dos interlocutores a respeito de um tema. Ao longo do tempo, sob as condições da própria interação, as informações sobre o tema vão se modificando, se transformando, e é a esse *processo* que estou chamando de construção de conhecimento³.

Tomando a interação pesquisador-sujeito dessa perspectiva, cabe buscarmos compreender o que significa considerar sessões de coleta de informações enquanto um processo interativo que propicia conhecimento sobre um tema. Ou seja, que dimensões encerra a interação pesquisador-sujeito tomada dessa perspectiva. Tentarei, a seguir, delinear algumas delas.

Conforme apontaram Brenner, Ginsburg e Von Cranach⁴, não contamos com nenhum modelo unificador na abordagem da ação humana. Existem, entretanto, alguns aspectos importantes comuns a todos os modelos de ação. Dentre eles, destaca-se como central a conceitualização da ação como organizada hierárquica e seqüencialmente. Outro aspecto, relacionado estreitamente ao primeiro, é a ênfase no caráter contextual da ação, incluindo o contexto imediato das ações antecedentes na seqüência, o contexto situacional mais amplo e o pano de fundo cultural. Um terceiro aspecto diz respeito à inter-relação entre categorias de ação cognitivas e comportamentais durante atividades interativas. Finalmente, destaca-se o fato de que todos os modelos constroem a ação como dirigida para uma meta.

Esses aspectos que caracterizam interações sociais em geral, estando presentes em interações pesquisador-sujeito, configurariam seu caráter de interações sociais, ainda que guardadas suas peculiaridades. Se considerarmos as acepções de alguns teóricos da ação social, podemos apontar mais detalhadamente o significado dos aspectos acima referidos para o caso de interações pesquisador-sujeito.

Segundo Von Cranach, Mächler e Steiner⁵, as ações sociais podem ocorrer segundo uma ordem hierárquica, havendo subordinação de umas em relação às outras, visando o atingimento de metas. Ações de diferentes níveis diferem umas das outras, inclusive pela função que desempe-

nam. Dessa forma, diante de interações pesquisador-sujeito, há que se considerar como as ações de ambos se organizam e, no caso de se organizarem hierarquicamente, há que se considerar as diferentes funções que as distinguem na hierarquia. Ainda segundo aqueles autores a ação se organiza, ao mesmo tempo, em segmentos conectados, onde os precedentes determinam os posteriores e são executados a seu serviço. Nessa medida, ao examinarmos interações pesquisador-sujeito, devemos considerar também a organização seqüencial das ações, onde a ação de cada interlocutor determina, pelo menos em parte, a ação subsequente do outro na seqüência interativa.

Esta determinação recíproca de ações já fora, aliás, apontada por Weber⁶ como uma das características distintivas das relações sociais. Tomando sua clássica acepção, podemos dizer que examinar sessões de coleta de informações enquanto situações sociais significa considerar que os dois atores — pesquisador e sujeito — orientam suas ações, pelo menos em parte, pelas ações do outro, sejam elas passadas, presentes ou esperadas como futuras, caracterizando-se por isso uma relação social.

Dado que essas ações reciprocamente orientadas ocorrem em situações planejadas pelo pesquisador e que se sucedem no tempo, é fácil supor que ambos os atores visam atingir determinadas metas ao interagirem. Esta é, aliás, uma das características definidoras de *ação*, conforme já apontamos. Von Cranach⁷ chama *ação* a “todo comportamento de um ator orientado para um alvo, consciente e intencional” (postulado P1). Analogamente, Parsons e Shils⁸ conceitualizam *ação* como o comportamento orientado para a consecução de fins, tendo lugar em situações, sendo normativamente regulado e envolvendo dispêndio de energia. E Weber^{6:24} afirma que: “Atua racionalmente com adequação de meios a fins quem orienta sua ação pelo fim, meios e conseqüências nela implicadas e para a qual pondera racionalmente os meios com os fins, os fins com as conseqüências e os diferentes fins possíveis entre si.”

Esses aspectos teóricos se evidenciaram empiricamente nos resultados de um trabalho que desenvolvi a esse respeito e ao qual farei referência neste ensaio a título de ilustração⁹.

Trata-se de um estudo de interações pesquisador-sujeito durante oito sessões de coleta de informações a respeito de um tema. As informações foram coletadas através de um procedimento envolvendo atividades formalmente

planejadas pelo pesquisador para que o sujeito fizesse relatos a respeito de um tema, conforme metodologia já utilizada anteriormente por pesquisadores em psicologia¹⁰⁻¹³. O referido procedimento de coleta de informações envolve a re- apresentação sistematizada dos relatos do sujeito de sessão para sessão, de modo que na segunda sessão o sujeito conta, para prosseguir seu relato, com a re- apresentação sistematizada do que havia dito na primeira sessão a respeito do tema, na terceira sessão com o que havia dito na segunda e na primeira, e assim por diante. Essas características peculiares permitiram contar com indicações explícitas a respeito de condições dispostas pelo pesquisador e pelo sujeito, possibilitando investigar como determinadas classes de variáveis presentes em contextos interativos planejados operam na construção de conhecimento sobre um tema¹⁴.

Quanto à importância do *contexto situacional* como fator que orienta a ação social, observou-se naquele trabalho que, nas situações menos estruturadas, o pesquisador comunicou com maior frequência ao sujeito o que ambos iriam fazer e como iriam fazê-lo, do que nas situações mais estruturadas. Portanto, variações no contexto situacional produziram diferenças na frequência de determinadas ações do pesquisador durante a interação com o sujeito.

Já o aspecto de *regulação por normas* transpareceu, por exemplo, na eficiência com que as instruções dadas pelo pesquisador nortearam a execução da atividade pelo sujeito.

O aspecto da *adequação entre meios e fins na busca de atingir metas*, também característico das ações sociais, se evidenciou na medida em que o pesquisador modificava as condições formais sob as quais o sujeito deveria fornecer informações, de sessão para sessão, conforme a natureza das informações obtidas na sessão anterior. Ou seja, as condições planejadas e dispostas pelo pesquisador eram meios que utilizava, adequando-os sucessivamente aos fins que pretendia atingir. Esse mesmo aspecto se evidenciou também pelo fato de que, embora o pesquisador tenha planejado e dado instruções por escrito para o sujeito, e elas tenham se revelado mais explícitas que as dadas oralmente, estas últimas permaneceram ocorrendo em todas as sessões. Nessa medida, em alguns momentos das sessões, o pesquisador adequou as instruções que dera por escrito, diante do desempenho do sujeito, visando atingir sua meta na sessão.

O aspecto de *orientação recíproca das ações* se revelou em toda a análise dos resultados. Des-

taco, a seguir, alguns deles, sempre a título de ilustração das considerações aqui tecidas.

Em primeiro lugar, houve mudança de metas do pesquisador, de sessão para sessão, evidenciando a orientação de suas ações tanto pelas ações passadas do sujeito como por expectativas a respeito de ações futuras, na busca de atingir os objetivos de coleta de informações sobre o tema pesquisado.

Os resultados mostraram também que as ações do pesquisador “dar indicações sobre a compreensão do que o sujeito dizia” foram orientadas, em seu planejamento, pela meta na sessão, mas mantidas, durante a sessão, pelas próprias ações do sujeito. Ao mesmo tempo, essa classe de ações do pesquisador criou condições para que o sujeito continuasse a fornecer informações descritivas sobre o tema, ou seja, as ações do pesquisador orientaram, em contrapartida, as ações do sujeito.

Finalmente destaco o fato de que à medida que as sessões decorriam, o pesquisador passou a indagar proporcionalmente menos a respeito das relações entre eventos comunicados pelo sujeito, evidenciando reorientação das ações do pesquisador pelas ações passadas do sujeito, no curso do processo.

O aspecto da *organização hierárquica e seqüencial das ações*, característico dos processos sociais interativos, se evidenciou principalmente através do fato de que a funcionalidade das ações do pesquisador e do sujeito no processo foi apreendida justamente pelo exame da ocorrência de pares de ações seqüenciais durante o diálogo. Essa possibilidade empírica evidenciou a organização seqüencial das ações inerentes ao processo, indicando que nenhuma classe de ação podia ser considerada isoladamente para a compreensão do processo, pois o significado funcional de cada classe variava de acordo com as classes anterior e subseqüente a ela no diálogo.

Finalmente, os resultados mostraram que a funcionalidade das ações do pesquisador e do sujeito podia ser expressa por um sistema de categorias de interação, indicando que as ações ocorreram segundo uma organização funcional hierárquica.

Retornando agora às considerações teóricas deste ensaio, cabe nos determos um pouco mais no aspecto particular da racionalidade da ação, onde contamos com a clássica distinção de Mannheim¹⁵ entre *racionalidade substancial* e *racionalidade funcional*. Segundo ele, “entendemos por substancialmente racional um ato de pensamento que revela uma visão inteligente das

relações que existem entre os fatos de uma dada situação”. Já a racionalidade funcional não se refere a atos de pensar e de conhecimento, mas sim a uma série de atos organizados, que conduzem ao atingimento de um objetivo previamente fixado, na qual todas as ações têm uma posição e um papel funcional. Essa organização funcional das ações será tanto mais perfeita com relação ao atingimento do objetivo, quanto mais eficiente for a organização dos meios para atingi-lo.

Dessa forma, podemos dizer que, durante as entrevistas, pesquisador e sujeito se engajam em uma atividade, interagindo segundo normas e adequando meios e fins de suas ações. Estamos, portanto, no nível da *racionalidade funcional*, que pressupõe o planejamento da atividade pelo pesquisador. Nesse nível, as ações de ambos se desenvolvem segundo aquele planejamento, na busca de atingir determinado objetivo. Este objetivo, por sua vez, se refere à obtenção de informações do sujeito a respeito de um tema. Nessa medida, o pesquisador busca que o sujeito relate relações que estabeleceu entre fatos de uma dada situação que é tema de pesquisa. Estamos, portanto, no nível da *racionalidade substancial*. Quanto à manifestação da racionalidade funcional e substancial, os resultados do trabalho que serve aqui de ilustração mostraram que a complexidade da atividade planejada pelo pesquisador foi indicada pelo sujeito (indicações de dificuldade para desenvolver a tarefa e indagações sobre instruções recebidas). Isso se deveu, em parte, à exigência para que o sujeito estabelecesse determinadas relações de significado entre eventos. Portanto, ao agir no nível da racionalidade funcional (desenvolvimento da tarefa), o sujeito encontrou dificuldades para desempenhar-se no nível da racionalidade substancial (relacionar eventos do fenômeno pesquisado). Temos aqui, então, uma das formas pelas quais *ações cognitivas e comportamentais* se inter-relacionam no curso de interações sociais. No referido trabalho, esta inter-relação também se evidenciou quando, ao desenvolver a atividade, o sujeito executava uma série de atos organizados, conforme as instruções dadas pelo pesquisador. Esses atos, por sua vez, propiciavam condições para que ele relatasse relações entre eventos do fenômeno pesquisado. Trata-se, novamente, da inter-relação entre ações racionalmente funcionais e racionalmente substanciais. Podemos dizer então que na perspectiva aqui exposta há que se considerar os dois níveis de racionalidade das ações interativas, bem como sua inter-relação na

atividade em que se engajam os atores: as ações no nível da racionalidade funcional propiciariam condições para a ocorrência de ações no nível da racionalidade substancial, que se expressariam de maneira observável através do relato verbal sobre o tema pesquisado.

Tratando-se de relatos verbais, a natureza da informação coletada pelo pesquisador diz respeito ao conteúdo de um processo vivenciado pelo sujeito, pois conforme salienta Engelmann¹⁶, “os relatos verbais se referem ao *conteúdo* fenomenológico. Não podem se referir ao *processo* que deu origem a esse conteúdo (...) Os relatos verbais visam o relatado que é conteúdo. Esse conteúdo deve originar-se de um processo. Mas o processo não é relatável pela pessoa que o tem. É relatável apenas pelo pesquisador”.

Nesse sentido, o diálogo entre sujeito e pesquisador envolve relatos verbais de um *fenômeno-tema*. Esses relatos são produto de um processo vivenciado pelo sujeito. Com base nesses relatos o pesquisador irá fazer *inferências* que lhe permitam descrever e explicar o processo vivenciado pelo sujeito.

Na acepção de Dwelshauvers, o termo fenômeno “não se aplica aos dados imediatos da consciência, enquanto vividos e concretos, mas exclusivamente ao fato consciente depurado dos elementos *sensíveis* da reação individual e transposto em *conceito* graças ao sistema lógico das categorias ou formas de ordem de entendimento. O fenômeno é um produto *sempre* conceitual da atividade mental; ele é inseparável da abstração. Será então estrito e correto não chamar de fenômeno um dado imediato da consciência, mas somente ao fato de consciência enquanto objetivado, colocado de alguma maneira pelo pensamento diante dele mesmo e, em conseqüência, inseparável das leis racionais ou formais por meio das quais o espírito interpreta o mundo”¹⁷ (...) “Processo se opõe a *fenômeno*; fenômeno é o produto; processo é a função ativa onde o resultado, interpretado pelas leis racionais do saber, chama-se fenômeno”^{17:817}

Diante disso, podemos considerar que o relatado pelo sujeito é produto de suas interpretações a respeito de situações que vivenciou. Por isso, o relatado traz consigo conceitualizações que o sujeito fez daquelas situações, recorrendo ao seu próprio sistema lógico de compreensão. Assim, os relatos dizem respeito ao resultado de um processo, isto é, a um *fenômeno* que é tema dos diálogos entre pesquisador e sujeito.

Gilbert e Mulkay, a partir de pesquisas na área de sociologia do conhecimento, trazem reflexões

interessantes sobre esses aspectos. Segundo eles, “na pesquisa qualitativa, geralmente lidamos com afirmações sobre ações, isto é, com *referências à ação*. Quando entrevistamos informantes nos são dadas referências à ação (...). Mesmo as técnicas de observação clássicas, como a observação participante, geram dados que são referências às ações dos participantes — referências oferecidas *verbatim* pelos próprios participantes sobre suas próprias ações ou sobre ações de outros, ou referências construídas pelo(a) observador(a) quando ele ou ela dão sentido ao que vêem”¹⁸. Ocorre ainda que os atores sociais constroem e reconstróem o significado de suas ações em resposta a variações do contexto no qual eles as estão interpretando. “Conseqüentemente, é impossível destilar de qualquer conjunto de formulações simbólicas geradas pelos participantes (...) uma versão final, definitiva, de qualquer ou quaisquer atos específicos. Nenhuma das formulações acessíveis a nós é uma descrição definitiva da ação (...). Todas elas são *versões de ação*”¹⁹. Em decorrência, ao tratarmos descrições de ações como se fossem as próprias ações descritas, os pesquisadores encontrarão dados inconsistentes. Por isso, os autores propõem deslocar o objetivo de estudar a ação para o de estudar os métodos pelos quais os atores constroem suas interpretações da ação. Segundo eles, o objetivo do analista não mais seria paralelo ao dos sujeitos participantes, pois estes buscam descobrir o que eles próprios e os outros fazem ou pensam, enquanto que o analista buscaria extrair o caráter típico das versões dos participantes, que apenas ocasionalmente é objeto de preocupação deles próprios¹⁸.

À parte as seqüências teórico-metodológicas que estas reflexões de Gilbert e Mulkey possam ter para as especificidades da pesquisa sociológica, elas nos interessam aqui por evidenciarem aspectos relevantes do produto do processo de interação verbal pesquisador-sujeito.

O primeiro aspecto se refere ao fato de que os conteúdos dos relatos dos sujeitos são referências que eles fazem a respeito de suas próprias ações ou de ações dos outros. Reconhecendo-se que as descrições feitas pelos sujeitos são *versões* de suas ações, indaga-se como eles as constroem. Passamos então para o estudo de um outro nível de ação do sujeito, qual seja, o da construção e reconstrução de conhecimento que ele próprio faz de suas ações. Nesse nível investigamos, pois, o caráter típico das versões dos sujeitos, o que seria, na acepção de Engelmann¹⁶, investigar sobre o processo que deu origem ao conteú-

do do relato e que é relatável apenas pelo pesquisador.

Porém, a construção e reconstrução que o sujeito faz do conhecimento de suas próprias ações é contextual. Neste caso, há que se levar em conta o contexto da própria interação pesquisador-sujeito, enquanto um dos conjuntos de fatores que atua no processo de construção e reconstrução de conhecimento.

Este último aspecto nos remete ao fato de que o pesquisador obtém informações através de sucessivas interações verbais com o sujeito e, como já vimos, tratando-se de interações, a natureza das ações verbais de um ator se orienta tanto pela natureza das ações verbais do outro, quanto pela meta que cada um deles busca atingir. Dessa forma, o conteúdo das informações obtidas pelo pesquisador não se identifica com o conteúdo de informações que seriam dadas pelo sujeito em outras situações. Pelo contrário, trata-se de conteúdos gerados sob a atuação de fatores contextuais específicos, dentre os quais se incluem as condições planejadas e dispostas pelo pesquisador, sob as quais o sujeito faz seus relatos. Esse fato já foi, aliás, apontado por Engelmann^{16:3}, quando salientou que um dos aspectos importantes do relato verbal é que ele “é dirigido sempre ao experimentador enquanto experimentador, e não a outra pessoa. Além disso, o relato verbal é produzido em situações que na vida diária evocá-lo-iam com probabilidade pequena”.

Postas estas características fundamentais da interação pesquisador-sujeito, passemos agora a algumas considerações sobre o processo de construção e reconstrução de conhecimento durante o diálogo pesquisador-sujeito.

Podemos supor que a viabilidade desse processo se deve, em primeiro lugar, à admissão pelos atores, implícita ou explicitamente, da veracidade do que Engelmann^{16:3} chama de hipótese fenomenológica. Segundo ele, “o relato verbal está ligado intimamente à *hipótese fenomenológica*. De acordo com essa hipótese, as pessoas percebem ou sentem de maneira semelhante ao que eu percebo ou sinto. O relato verbal corresponderia a um evento que vocês e eu compreendemos”... Ele “tem como condição primeira a veracidade da hipótese fenomenológica. Não se hipotetizando na outra pessoa um mundo semelhante àquele que o psicólogo tem, o conceito de relato verbal não possui razão de ser. É, entretanto, importante distinguir entre a fenomenologia do próprio psicólogo e a hipótese fenomenológica em seus sujeitos. Esta hipótese é

uma hipótese que vai ser construída, principalmente, a partir de relatos verbais. E ela nunca será idêntica à riqueza da fenomenologia do próprio psicólogo”.

Ao mesmo tempo que a admissão da veracidade da hipótese fenomenológica pelos atores possibilitaria seu engajamento no processo interativo, ela não deixaria de circunscrever e especificar a própria natureza do processo que se iria desenrolar. Tratar-se-ia basicamente de um processo em que seria construída uma hipótese a partir de relatos verbais, ou seja, tratar-se-ia da construção de conhecimento sobre como o sujeito interpreta uma situação por ele vivenciada, de modo a originar o fenômeno-tema relatado.

De fato, conforme mencionei anteriormente^{12:14-15}, durante as interações, as ações do pesquisador seriam controladas pelo conteúdo dos relatos do sujeito, o que significa serem controladas por classes de variáveis *referentes* ao mesmo conjunto de eventos que controlaram as ações do sujeito na situação que agora ele relata ao pesquisador. Mas a natureza das variáveis é diferente quando elas controlam as ações do sujeito na situação relatada e quando elas controlam as ações do pesquisador na sessão. No primeiro caso, trata-se de eventos da situação que o sujeito vivenciou; no segundo caso, trata-se do conteúdo do relato feito pelo sujeito, que se refere àqueles eventos. Mas, de toda forma, há o denominador comum necessário à ação interativa: o processo de construção de conhecimento se estabelece com base nos conteúdos dos relatos, isto é, com base em variáveis selecionadas pelo sujeito, referentes à situação relatada.

Essa seleção não diz respeito apenas aos eventos da situação relatada, mas também às relações que o sujeito estabelece entre eles. Isso porque, como já dissemos, os relatos se referem ao produto de um processo, isto é, a um fenômeno-tema. O relatado já encerra, pois, uma conceitualização que o sujeito fez dos episódios que vivenciou. É produto de reflexões que envolvem alguma espécie de abstração, classificação e estabelecimento de relações entre eventos.

Ao ouvir o relato do sujeito, o pesquisador busca depreender o significado do que lhe foi relatado.

Os diálogos são processos interativos com, pelo menos, duas características que temos que considerar, no que se refere à comunicação-apreensão do significado daquilo que é falado.

Em primeiro lugar, conforme apontou Engelmann²⁰, em um diálogo, o significado do que é falado é dado tanto pelo conteúdo das ver-

balizações como por outros recursos não-verbais (por exemplo, gestos, entonações). Mas o significado do diálogo é sobretudo verbal.

Em segundo lugar, no diálogo, os interlocutores transformam continuamente o significado das informações que um comunica ao outro.

Essa transformação se dá na medida em que, conforme aquele mesmo autor^{20:1453,21}, há correspondência entre o que um interlocutor fala e o outro ouve. Mas, no que diz respeito ao significado, essa correspondência não ocorre ponto por ponto, pois, durante o diálogo, um interlocutor interpreta continuamente o que o outro diz. Portanto, quando uma pessoa interage num diálogo a respeito de um tema, ela faz continuamente interpretações a respeito do que a outra está dizendo sobre o tema. Isto é, ela contribui com seu “próprio enfoque” (pensamento e memória) ao dialogar sobre o tema.

Ora, nesse caso, depreender o significado do relatado sobre um tema é, em última instância, apreender algo sobre como o sujeito “pensa” o tema. Assim, a interação verbal pesquisador-sujeito envolve a dimensão do significado da palavra que é apreendido pelos interlocutores, isto é, envolve a relação entre pensamento e palavra.

Conforme mostrou Vygotsky, através do exame de resultados experimentais, pensamento e fala têm raízes de desenvolvimento diversas, tanto filogenética quanto ontogeneticamente. No desenvolvimento da fala na criança, podemos identificar claramente um estágio pré-intelectual, assim como no desenvolvimento do pensamento, um estágio pré-lingüístico. Até certo momento, ambos seguem cursos diferentes, independentemente um do outro. Entretanto, a certa altura, seus cursos de desenvolvimento convergem e, em conseqüência, o pensamento se torna verbal e a fala racional²². “Esquemáticamente, podemos imaginar pensamento e fala como dois círculos que se interceptam. Nas partes em que se sobrepõem, pensamento e fala coincidem para produzir o que é chamado pensamento verbal”^{22:47}. Essa conexão entre pensamento e palavra, por sua vez, se origina e se desenvolve através da linguagem que, para Vygotsky, envolve as “ferramentas lingüísticas de pensamento e a experiência sócio-cultural”^{22:51}. Ou seja, o pensamento verbal tem origem em interações sociais e se modifica em seu curso. Daí a relação entre pensamento e palavra ser um processo que ocorre no bojo das relações sociais, havendo “um movimento contínuo de vaivém, do pensamento para a palavra e da palavra para o pensamento” no curso da experiência sócio-cultural do indi-

víduo. “Nesse processo a relação entre pensamento e palavra passa por mudanças que podem, elas próprias, serem vistas como desenvolvimento no sentido funcional. O pensamento não é meramente expresso em palavras; ele passa a existir através delas. Todo pensamento tende a conectar alguma coisa com outra, a estabelecer relações entre coisas. Todo pensamento se movimenta, cresce e se desenvolve, preenche uma função, resolve um problema”^{22:125}.

Podemos dizer, então, que, ao interagirem buscando atingir metas, resolver problemas, pesquisador e sujeito dialogam, passando da palavra ao pensamento e vice-versa. Nessas “passagens” fazem inferências sobre o significado da comunicação feita pelo interlocutor, como parte integrante do processo de compreensão das informações²³ pois, conforme Tunes²⁴, o significado do comportamento verbal é algo que está fora do comportamento e é inferido dele.

Em síntese, podemos dizer que determinadas características de interações sociais verbais propiciam transformações no conhecimento que os atores têm de um tema.

No caso de interações pesquisador-sujeito, ocorre que, ao interagirem, pesquisador e sujeito dialogam sobre um tema. Nesse diálogo, cada interlocutor transforma continuamente o significado das informações que lhe são comunicadas pelo outro, pois a compreensão de informações implica a contribuição própria de quem as recebe. Portanto, pesquisador e sujeito transformariam as informações sobre o fenômeno-tema no curso das interações verbais. Além disso, parte das informações dadas pelo sujeito ao pesquisador são relatos verbais sobre o fenômeno-tema. Esses relatos são produtos de interpretações a respeito de situações que viveu. Por isso, o relatado encerra conceitualizações que o sujeito fez, recorrendo ao seu próprio sistema lógico de compreensão. Envolve abstrações, classificações e estabelecimento de relações entre episódios. Mas o relato se modifica sob a atuação de fatores contextuais, dentre os quais se inclui a própria atuação do pesquisador. Portanto, sob as condições de interação com o pesquisador, os relatos do sujeito se transformam, isto é, modifica-se a natureza das abstrações, classificações e relações entre fatos, presentes no relatado pelo sujeito. Como o relatado se refere, em grande parte, ao fenômeno que é tema dos diálogos, transformam-se as informações referentes ao fenômeno, como resultado da tentativa de compreendê-lo.

No trabalho que vimos tomando aqui como

ilustração^{13:15}, uma das categorias de interação pesquisador-sujeito identificada se refere ao fato de um interlocutor informar ao outro o significado que estava depreendendo das descrições e inferências que lhe eram comunicadas durante o diálogo. Dessa forma, os eventos privados de um interlocutor, isto é, sua contribuição própria na compreensão das informações se tornava, pelo menos em parte, acessível ao outro. A ocorrência desta categoria de interação evidenciou, pois, a característica de *transformação contínua do significado de informações durante o diálogo*, devido à contribuição de eventos privados dos interlocutores ao tentarem compreender as informações recebidas. E, na medida em que, através dessas interações, um interlocutor tornava seus eventos privados acessíveis ao outro, passava a haver condições de um interferir nas transformações de informações feita pelo outro. Ou seja, passava a haver transformação conjunta de informações, modificando-se sucessivamente o conhecimento que ambos tinham sobre o fenômeno-tema.

Os resultados daquele mesmo trabalho também evidenciaram que, ao interagir com o pesquisador, sob as condições dispostas nas sessões, o sujeito fez relatos inferenciais, cuja natureza foi se modificando de sessão para sessão. Ocorreram modificações com respeito ao tipo de ligação que o sujeito fazia entre proposições e eventos, passando da inferência dedutiva para a indutiva no raciocínio corrente²⁵. Foram observadas também modificações no nível de abstração das relações estabelecidas pelo sujeito entre eventos, passando da relação entre eventos singulares para a relação entre eventos classificados e classes de eventos. Por fim, houve modificações quanto ao tipo de informações sobre o tema pesquisado, produzidas pelas relações que o sujeito estabeleceu: informações sobre eventos exemplares de classes, informações sobre proposições gerais e definições de ações práticas a serem implementadas.

Evidenciou-se, assim, a característica de que, no contexto interativo com o pesquisador, os relatos do sujeito se transformam com respeito à natureza das abstrações, classificações e relações entre eventos presentes no relatado, ou seja, ocorrem transformações de caráter cognitivo do relatado durante o diálogo pesquisador-sujeito.

Em síntese, podemos dizer que as interações verbais pesquisador-sujeito possibilitariam construção de conhecimento devido a características peculiares à ação social que “convergem” com características peculiares ao relato verbal. Em

consequência, o pesquisador pode obter informações sobre relações generalizantes que o sujeito estabelece ao examinar uma situação na qual está envolvido. □

Notas e referências

1. G.N. Gilbert — Being interviewed: a role analysis. *Social Science Information*, 19 (2): 227-236 (1980).
2. M. Brenner — The analysis of situated social action: the case of the research interview. In G.P. Ginsburg, M. Brenner e M. von Cranach (orgs.), *Discovery strategies in the psychology of action*. European Association of Experimental Social Psychology, Academic Press, Londres, p. 207-277 (1985).
3. Tratando-se aqui de uma primeira abordagem de minha parte a alguns aspectos da construção de conhecimento em interações sociais, julguei que questões referentes à produção de conhecimento científico formalizado fugiriam ao âmbito do trabalho. Por isso utilizei o termo *construção*, já que o termo *produção* de conhecimento está intimamente associado a este último caso.
4. M. Brenner, G.P. Ginsburg e M. von Cranach — Introduction, the human action approach. In G.P. Ginsburg, M. Brenner e M. von Cranach (orgs.), *Discovery strategies in the psychology of action*, p. 1-3.
5. M. von Cranach, E. Mächler e V. Steiner — The organization of goal-directed action: a research report. In G. P. Ginsburg, M. Brenner e M. von Cranach (orgs.), *Discovery strategies in the psychology of action*, p. 19-58.
6. M. Weber — *Economía y sociedad*. Fondo de Cultura Económica, México, cap. 1 (1944).
7. M. von Cranach — Éléments pour une théorie de la action concrète. *MHS Informations — Bulletins de la Fondation Maison des Sciences de L'Homme*, 30: 3-25 (1979).
8. T. Parsons e E.A. Shils — *Toward a general theory of action*. Harvard University Press, Cambridge, p. 53 (1951).
9. L.M. Simão — *Interação verbal e construção de conhecimento*. Tese de doutoramento, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1988). A autora contou com bolsa de doutoramento concedida pelo CNPq.
10. C.M. Bori, S.P. Botomé, M.C.C. Dal Pian, J.C.C. De Rose e E. Tunes — Desempenho de professores universitários no levantamento e caracterização de problemas de ensino: descrição de um procedimento. *Anais da VIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto*, p. 213-214 (1978).
11. E. Tunes — *Identificação da natureza e origem das dificuldades de alunos de pós-graduação para formularem problema de pesquisa, através de seus relatos verbais*. Tese de doutoramento. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1981).
12. L.M. Simão — Estudo descritivo de relações professor-aluno I: a questão do procedimento de coleta de dados. *Psicologia*, 8(2): 19-38 (1982).
13. L.M. Simão — *Relações professor-aluno (estudo descritivo através de relatos verbais do professor)*. Editora Ática, São Paulo (1986).
14. No momento a autora desenvolve outro projeto de pesquisa buscando dimensionar a generalidade dos resultados já obtidos, bem como aprofundar a discussão de suas implicações teórico-metodológicas. Este projeto conta com auxílio do CNPq, sob a forma de bolsa de pesquisa no país.
15. K. Mannheim — *Libertad y planificación*. Fondo de Cultura Económica, México, p. 57-58 (1946).
16. A. Engelmann — Comportamento verbal e relato verbal. *Psicologia*, 11 (1): 5 (1985).
17. A. Lalande — *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. PUF, Paris, p. 747 (1947).
18. G.N. Gilbert e M. Mulkay — In search of the action: some methodological problems of qualitative analysis. In G.N. Gilbert e P. Abell (orgs.), *Accounts and actions*, Aldershot: Grower (1983). Na citação, traduzi "accounts of action" por *referências à ação* (grifo meu).
19. G.N. Gilbert e M. Mulkay — Scientist theory talk. *Canadian Journal of Sociology*, 8: 179-197 (1983).
20. A. Engelmann — O significado como parte do diálogo. *Ci. e Cult.*, 35(10): 1454 (1983).
21. A. Engelmann — O grande pseudoproblema da psicologia *Ciência e Filosofia*, 3: 141-153 (1986) (especialmente conceitos de dado primário e dado secundário).
22. L.S. Vygotsky — *Thought and language*. MIT Press, Cambridge, p. 44 (1962).
23. L.G.M. Noordman — *Inferring from language*. Springer-Verlag, Berlim, Heidelberg (1979).
24. E. Tunes — Considerações a respeito dos relatos verbais como dados. *Psicologia*, 10 (1): 1-10 (1984) (especialmente sobre validade e precisão de inferências).
25. A. Cuvillier — *Manuel de philosophie*. Librairie A. Colin, Paris (1983).

Este ensaio é uma versão ligeiramente modificada de parte de um trabalho apresentado ao Instituto da Psicologia da Universidade de São Paulo, como tese de doutoramento, em 1988, sob orientação da prof. dra. Carolina Martuscelli Bori, a quem a autora agradece.

Artigo recebido em 23/mai/89

Aceito para publicação em 3/jul/89

Autora

Livia Mathias Simão — professora assistente-doutora, Departamento de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, av. Prof. Mello Moraes, 1721, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508.